



Monte Forte Holding Participações S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais intermediárias - ITR

Aos Acionistas da

Monte Forte Holding Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Companhia") contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR)

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Salvador, 14 de Maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Monte Forte Holding Participações S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	575	51
Tributos a recuperar		1.597	673
Total do ativo circulante		2.172	724
Ativo não circulante			
Fundos restritos	7	229.732	225.394
Total do ativo não circulante		229.732	225.394
Total do ativo		231.904	226.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Debêntures	8	36.500	36.500
Obrigações tributárias		-	168
Total do passivo circulante		36.500	36.668
Passivo não circulante			
Debêntures	8	170.890	163.491
Total do passivo não circulante		170.890	163.491
Patrimônio líquido			
	9		
Capital social		26.550	26.550
Adiantamento para futuro aumento de capital		270	-
Prejuízos acumulados		(2.306)	(591)
Total do patrimônio líquido		24.514	25.959
Total do passivo e patrimônio líquido		231.904	226.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2024</u>
Gerais e administrativas		(2)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		(2)
Receitas financeiras	10	5.812
Despesas financeiras	10	(7.525)
Resultado financeiro, líquido		(1.713)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.715)
Prejuízo do período		(1.715)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	<u>31/03/2024</u>
Prejuízo do período	(1.715)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	<u>(1.715)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2023	26.550	-	(591)	25.959
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	270	-	270
Prejuízo do período	-		(1.715)	(1.715)
Em 31 de março de 2024	26.550	270	(2.306)	24.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.715)
Ajustes		
Juros e variações monetárias, líquidas		1.465
Apropriação custo de captação		121
		(129)
Varição dos ativos e passivos		
Tributos a recuperar		(923)
Obrigações tributárias		(168)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(1.220)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.220)
Aumento do capital social		270
Adição ao fundo restrito		(2.250)
Utilização ao fundo restrito		3724
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		1.744
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		524
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	51
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	<u>31/03/2024</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1)
Valor adicionado bruto	<u>(1)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	5.812
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.811</u>
Distribuição do valor adicionado	
Impostos, taxas e contribuições	<u>1</u>
Estaduais	1
Remuneração de capitais de terceiros	<u>7.525</u>
Juros	7.525
Remuneração de capitais próprios	<u>(1.715)</u>
Prejuízo líquido do período	(1.715)
Valor adicionado distribuído	<u>5.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual resta condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos.

Continuidade operacional

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2024, totalizando em R\$ 1.715, principalmente devido ao resultado financeiro negativo. Além disso, em 31 de março de 2024, a Companhia registrou um passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 34.328 (R\$ 35.944 em 31 de dezembro de 2023).

Esse fato é decorrente da emissão de debêntures realizada em 28 de novembro de 2023, destinada a ser uma das fontes de recursos para a aquisição das ações da Concessionária Litoral Norte S.A. Esse processo ainda não foi concluído devido à existência de condições precedentes no contrato de compra e venda de ações, incluindo a aprovação pelo poder concedente da concessão. Neste momento os recursos estão disponibilizados em contas vinculadas da operação a quais estão classificados como fundos restritos.

Também é importante ressaltar que, caso a transação não seja concluída, o recurso ficará disponível no caixa para quitação das próprias debêntures.

Após a conclusão da transação, pelo plano de negócios da Administração, a Companhia terá recursos suficientes para sua continuidade operacional tendo como origem a própria Concessionária Litoral Norte S.A.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária em devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (última demonstração financeira anual).

As demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com os padrões de contabilidade adotados no Brasil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Contudo, as demonstrações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde sua última demonstração financeira anual.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia;

- Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26);
- Classificação de passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23)
- Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32)

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de

juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31 de março de 2024 (valores expressos em milhares de R\$):

	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de março de 2024						
Debêntures	207.390	323.902	24.666	28.305	97.446	173.486
Total	207.390	323.902	24.666	28.305	97.446	173.486
Em 31 de dezembro de 2023						
Debêntures	199.991	362.504	38.602	24.666	93.504	205.732
Total	199.991	362.504	38.602	24.666	93.504	205.732

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2024	2025	2026	2027	2028
CDI (*)	9,1%	8,9%	8,9%	8,9%	10,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Mar./2024.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	9,85%	12,31%	14,77%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2024 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures	2030	Alta do CDI	23.425	27.634	31.829
Fundos restritos		Baixa do CDI	207.107	201.451	195.795
Aplicação financeira		Baixa do CDI	5.240	5.097	4.953

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o período findo em 31 de março de 2024.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/03/2024		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	575	575	51	51
Fundos restritos	7	Nível 2	1	229.732	229.732	225.394	225.394
Total				230.307	230.307	225.445	225.445

Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Debêntures	8	Nível 2	2	207.389	208.752	199.991	200.477
Total				207.389	208.752	199.991	200.477

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	23	51
Aplicações financeiras (a)	552	-
Total	575	51

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

7. Fundos restritos

Em 31 de março de 2024, o saldo de R\$ 229.732 (R\$ 224.969 em 31 de dezembro de 2023) registrado no ativo não circulante, refere-se a aplicações financeiras remunerados pela variação do CDI de 98% (98% em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas.

As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

8. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/03/2024	31/12/2023
Debêntures DI	Monte Forte	2030	R\$	DI + 3,90%	210.584	203.307
Custos de captação e estruturação					(3.194)	(3.316)
Total					207.390	199.991
Passivo circulante					36.500	36.500
Passivo não circulante					170.890	163.491

Em 28 de novembro de 2023, a Monte Forte emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debentures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2024.

O índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2024.

Movimentação

Saldo em 10 de abril de 2023	-
(+) Captação	201.500
(+) Juros incorridos	1.807
(+/-) Custos da transação	(3.316)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	199.991
(+) Juros incorridos	7.277
(+/-) Custos da transação	122
Saldo em 31 de março de 2024	207.390

Prazos de vencimento	31/03/2024	31/12/2023
2027 em diante	170.890	163.491
Total	170.890	163.491

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.550, representado por 26.550.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

a) Reservas legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

10. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2024
Rendimentos de aplicação financeira	5.812
Receitas financeiras	5.812
Juros de debentures	(7.277)
Outras despesas financeiras	(248)
Despesas financeiras	(7.525)
Resultado financeiro, líquido	(1.713)

* * *